



Sem aval, USP aumentou gastos com funcionários

Sindicância aponta que ex-reitor ampliou despesas sem consultar conselho

Regimento prevê que conselho delibere sobre política salarial; órgão não teve acesso a etapas do plano de carreira

THAIS BILENKY
DE SÃO PAULO

Sindicância instaurada pela USP apurou que o ex-reitor João Grandino Rodas (2010-2013) autorizou aumentos de gastos com recursos humanos sem consentimento do Conselho Universitário.

O regimento geral da instituição estabelece que cabe ao conselho “deliberar sobre a política salarial do pessoal docente e dos servidores não docentes, ouvida a Comissão de Orçamento e Patrimônio”.

A **Folha** teve acesso a documentos examinados pela comissão sindicante designada a apurar as causas da maior crise da USP desde 1989, quando obteve autonomia financeira. Em 2014, a fatia do orçamento comprometida com pessoal bate o índice recorde de 105,5%.

PLANO DE CARREIRA

De 2009 a 2013, os repasses do Estado para a USP cresceram 51% (de R\$ 2,89 bilhões para R\$ 4,36 bilhões), ao passo que as despesas com pessoal subiram 83% (de R\$ 2,37 bilhões para R\$ 4,35 bilhões).

Em andamento, a sindicância aponta a implantação do plano de carreira dos servidores como responsável por parcela expressiva desses gastos.

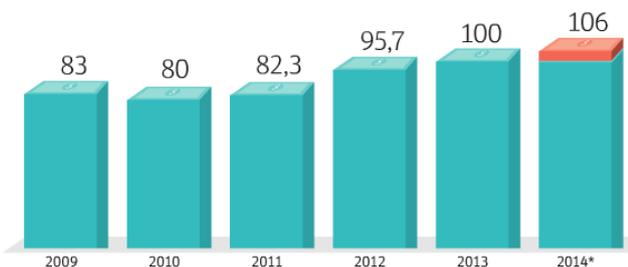
Em maio de 2011, ao aprovar a nova carreira, o Conselho Universitário estimava que o comprometimento do orçamento com pessoal passaria de 78,5% para 82,36%.

Como as diretrizes daque-

CRISE NA USP

Sindicância mostra que ex-reitor aumentou gastos sem aval de conselho

Comprometimento do orçamento com a folha de pagamento, em %



le ano previam que a folha comprometeria 80% do orçamento, as sobras seriam pagas pela reserva da USP.

O impacto na folha de pagamento foi de 7,2%, apontam os documentos examinados pela sindicância.

Em novembro, no entanto, foi necessária nova etapa de implantação, com impacto de 6%. No ano seguinte, foram feitas duas movimentações de carreira que geraram impactos semelhantes aos da segunda etapa.

De acordo com a sindicância, nenhuma dessas despesas adicionais foi prevista pela reitoria ou submetida ao Conselho Universitário.

PRÊMIO DE EXCELÊNCIA

No final de 2012, os gastos com pessoal representavam mais de 95% do orçamento da USP, enquanto a previsão era de 85%. Ainda assim, Rodas concedeu prêmio de excelência de R\$ 6.000 aos quase 23 mil servidores e professores.

Teria tomado a decisão sem aval do Conselho Universitário, segundo a sindicância.

A resolução nº 5.483, de 2008, estabelece que o prêmio só pode ser concedido se houver “disponibilidade orçamentária/financeira” de acordo com o orçamento aprovado pelo conselho.

Ainda em 2012, a concessão de vale-refeição, de 2.000 beneficiários, passou a abranger 22 mil pessoas. Além disso, o auxílio-alimentação foi reajustado.

Como resultado, entre 2009 e 2013 houve aumento de 251% nessa rubrica (R\$ 242 milhões a mais), conforme aponta a sindicância.

Em 2013, o comprometimento do orçamento da USP com a folha de pagamentos chegou a 100%, a despeito da diretriz orçamentária aprovada, que previa 92,8%.

O atual reitor, Marco Antonio Zago, disse que não se manifestará até receber o relatório final da sindicância.

Processo pode levar a expulsão de ex-reitor

DE SÃO PAULO

Concluída a apuração, a sindicância entregará um relatório ao reitor da USP. Se sugerir a abertura de um processo administrativo disciplinar e Marco Antonio Zago acatar a recomendação, o antecessor João Grandino Rodas, se for responsabilizado, poderá sofrer repreensão, suspensão ou exoneração.

Paralelamente, o Ministério Público poderá instaurar inquérito civil e propor ação por improbidade administrativa. Neste caso, se for considerado culpado, o réu estará sujeito a multa, demissão e perda de direitos políticos.

MOTIVOS DO AUMENTO



PLANO DE CARREIRA

99,5% de aumento entre 2009 e 2013 na folha de pagamento dos servidores, especialmente após a implantação do plano. Isso representa gasto a mais de **R\$ 775 milhões**



PRÊMIOS DE EXCELÊNCIA

R\$ 6.000 pagos em duas parcelas, em 2012 e 2013, a todos os funcionários e professores



REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

VALE-REFEIÇÃO



VALE-ALIMENTAÇÃO

22 mil beneficiados

Valor mensal, em R\$



Implantados pelo reitor sem aprovação do Conselho Universitário, segundo a sindicância

▶ OUTRO LADO ◀

Rodas afirma que nem tudo deve ser votado em conselho

DE SÃO PAULO

O ex-reitor da USP João Grandino Rodas não foi localizado pela **Folha**. A sindicância, disse que “julgar hoje decisões tomadas há anos ou meses por administradores que à época não tinham como saber da sequência que os acontecimentos teriam pode resultar em injustiça”.

Afirmou que o estatuto e o regimento da USP “não preveem submissão de todas as questões ao Conselho Universitário, até mesmo por razão prática da impossibilidade material de o fazer”.

Rodas defendeu que os demais dirigentes eleitos da universidade também sejam “avaliados”. Para o ex-reitor, o comprometimento do orçamento chegou ao atual patamar devido à redução da atividade tributária. A principal fonte de recursos da universidade é o repasse de parcela do ICMS recolhido pelo Estado.

Segundo Rodas, a implantação do plano de carreira foi aprovada pelo Conselho Universitário “como um todo”, baseada em estudos, “muito embora imprevistos tiveram que ser resolvidos ao longo da implantação. Para isso existe a administração, dotada de alçada de poder”.

Quando à concessão de benefícios, Rodas argumentou que houve embasamento técnico, “inexistindo provisão estatutária ou regimental que requera submissão ao Conselho Universitário”. Sobre a reserva orçamentária, disse que fora usada por várias gestões.

O acréscimo das despesas decorreu da necessidade de ampliação de quadro de pessoal com a ampliação de vagas, sem contrapartida suficiente de dotação orçamentária do Estado, afirmou.

Em artigo na **Folha**, rechaçou “eventual e temerário excesso de generosidade por parte dos dirigentes”. (R1)